

# RESILIÊNCIA E DESASTRES NATURAIS

*Marilza Terezinha Soares de Souza*

A resiliência, conceito emprestado da física e engenharia e introduzida nas pesquisas das ciências da saúde, há cerca de 35 anos, sofreu transformações desde sua definição inicial como um traço ou característica individual até ser considerada como um processo que se desenvolve no âmbito das interações humanas frente às adversidades tendo como resultado final a superação. Para Walsh (1) o processo de resiliência, vai além do enfrentamento, incluindo o aprendizado com a situação de crise passada, a integração de sua elaboração, seja pessoal, familiar ou social, e o retorno desse aprendizado à comunidade. Ao definir a resiliência como um processo, pressupõe-se que existam fatores, mecanismos e variáveis que possam contribuir, facilitando ou dificultando seu desenvolvimento. Tais fatores são denominados risco e proteção.

Os fatores de risco são situações, características pessoais ou eventos estressores que predis põem as pessoas, famílias ou comunidades às crises e desestruturações, mas, ao mesmo tempo, as convida ao enfrentamento e a responder aos desafios. São essas as oportunidades em que o processo de resiliência pode desenvolver-se. Já os fatores de proteção são potenciais facilitadores do enfrentamento desses desafios, que traduzem-se

em características pessoais, relações de vínculo, e situações do próprio contexto que nutrem o processo de resiliência. Os mecanismos mediadores são variáveis que exercerão sua força sobre a intensidade, duração e avaliação dos fatores de risco e protetores. Dentre eles podemos citar a faixa etária, as questões de gênero, a fase de desenvolvimento humano, a fase do ciclo vital familiar, o contexto, as crenças e valores culturais e espirituais, o momento sócio-histórico e a disponibilidade de recursos.

Trata-se de afirmar que um mesmo evento estressor terá peso e intensidade diferentes para diferentes pessoas, em diferentes momentos de sua vida. Como exemplificou Cyrulnik (2) uma criança que perde seus pais, antes dos seis anos, sofrerá um trauma, mas não terá um traumatismo para ser elaborado, uma vez que não possui ainda a capacidade de representação para posterior elaboração. E se tiver pessoas que substituam a figura parental e mantenham com ela uma relação de afeto, ela poderá desenvolver-se plenamente.

Em pesquisas com comunidades, McCubbin et al (3) concluíram que as pessoas agem de forma diferente diante de um desafio, devido à forma como o interpretam. Já Coêlho (4), em estudos sobre percepção de risco e perigo, afirmou que “a percepção do perigo está relacionada aos desastres e é influen-

ciada por um grupo dos fatores inter-relacionados que incluem experiências passadas, atitudes atuais em relação ao evento, personalidade e valores, juntos com as expectativas futuras. Um fator importante é a experiência passada com o evento. Os desastres, aos quais as pessoas não estão familiarizadas, têm o potencial de causar comprometimento psicológico maior”.

Percebemos, assim, que a forma como as pessoas avaliam um evento potencialmente perigoso definirá quais atitudes preventivas tomará, de quais recursos lançará mão e o sentido que dará a essa experiência. A autora (4) realizou pesquisa com moradores de duas cidades do nordeste do Brasil, uma delas em área de seca, e investigou o nível de percepção de risco sobre a seca para os habitantes de ambas. Surpreendentemente, a população que não era atingida pela seca mostrou um nível mais alto de percepção de risco. Pessoas atingidas pela seca de forma repetitiva criam mecanismos psicológicos e sociais e aprendem com a experiência parecendo estar mais preparadas para lidar com o próximo evento. Por outro lado, a população que não vivia em situação de seca via a situação como muito mais perigosa, influenciada pelas notícias veiculadas na mídia.

O fato de uma determinada situação ou evento ser previsível exerce uma media-

ção de maior ou menor impacto sobre a população. O ser humano tem um tempo para programar-se e estará mais preparado para absorver seu impacto. Assim, podemos dizer que eventos que ocorrem de forma gradual e previsível permitem o planejamento, armazenamento de forças e estratégias de enfrentamento e a reconstrução pós trauma. Desastres e adversidades naturais, previstos ou não, trarão perdas materiais, afetivas e sociais, fazendo com que as pessoas atingidas passem por um processo de luto. Ocorre que, juntamente com esse processo e sua elaboração, elas devem reconstruir suas bases, e não há tempo para se fazer uma coisa de cada vez. Durante o enfrentamento da situação, há que se avaliar as perdas, priorizar necessidades de sobrevivência e manter aquilo que não foi perdido. Falar em recuperação e resiliência em situações de desastre natural implica em conceituarmos a resiliência comunitária. Landau e Saul (5) definiram a “resiliência da comunidade” como “a capacidade da mesma de ter esperança e fé para suportar a maioria dos traumas e perdas, superar a adversidade e prevalecer, geralmente com recursos, competência e união” (pg.2), considerando a família como unidade primordial de mudança. Os autores investigaram o impacto do ataque às torres gêmeas em Nova York em 2001 nas comunidades do “baixo Manhattan”. Os resultados demonstraram que houve um aumento de 31% no abuso de drogas após a tragédia, destacando que a adição é uma forma de adaptação à desorganização, quebra de rotina e de rituais e da estrutura da família e comunidade, como consequência de

perdas catastróficas. Essas perdas também provocam uma quebra no curso do desenvolvimento normal esperado, podendo ter desdobramentos como a depressão, suicídio e violência. Os autores (5, pg.3) consideram que após o impacto da tragédia, é importante a reconexão da família com seus contatos anteriores de apoio, tais como parentes, amigos e referências espirituais, bem como o restabelecimento de rituais diários.

O apoio mútuo possibilita que as famílias compartilhem suas necessidades e construam juntas, estratégias para buscarem recursos. O apoio mútuo entre pessoas da própria comunidade é mais útil do que o vindo de fora, já que a comunidade conhece os recursos que possui e as redes de relacionamento confiáveis. É desejável que não haja separação entre a comunidade e os profissionais que trabalham com esses eventos – como se a primeira não tivesse nenhuma competência e os segundos detivessem o saber – sugerindo que ambos compartilhem o trabalho (5). Aos profissionais cabe intervenções não somente durante a fase de enfrentamento, mas nas posteriores. O psicólogo, como parte dessa equipe multidisciplinar, deve privilegiar a reorganização da comunidade, seguida pelo seu empoderamento no compartilhamento e busca de recursos, na recuperação e construção de vínculos e na elaboração do sentido da experiência vivida.

Finalmente, faz-se necessário um alerta para as implicações ideológicas que a visão de resiliência pode trazer. Figueira (6) pesquisou a resiliência do nordestino – o “cabra da peste” – que enfrenta a seca anualmente, adquirindo um conhecimento que pode ser instrumento

de adaptação ao sertão. Os resultados da pesquisa demonstraram que a visão que se tem, de que a convivência do nordestino com a estiagem e sua adaptação positiva são condições naturais de vida, faz pensar que a resiliência está calcada em sua sobrevivência trazendo uma imagem do nordestino como resiliente e forte para enfrentar esse tipo de intempérie já prevista. Corre-se o risco de concluir que o mesmo não necessita de ajuda dos órgãos públicos governamentais, e que essa situação de miséria não precisa mudar, afinal, ele é forte, como um “cabra da peste”.

**Marilza Terezinha Soares de Souza** é doutora em psicologia clínica pela PUC-SP e docente do curso de mestrado em desenvolvimento humano da Universidade de Taubaté. Email: de\_souzamarilza@hotmail.com.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Walsh, F. *Strengthening family resilience*. The Guilford Press. 1998.
2. Cyrulnik, B. *O murmúrio dos fantasmas*. Ed. Martins Fontes. 2005
3. McCubbin, H.; Thompson, A. I.; McCubbin, M.A. *Family assessment: resiliency, coping and adaptation*. University of Wisconsin Publishers. 1996.
4. Coêlho, A.E.L. “Percepção de risco no contexto da seca: um estudo exploratório”. *Psicologia para a América Latina*. Ed Ulapsi, n.10, julho/2007.
5. Landau, J. & Saul, J. “Facilitando a resiliência da família e da comunidade em resposta a grandes desastres”. *Pensando Famílias* n.4, ano 4, (56-78), pg.3. 2002.
6. Figueira, A.A. “A resiliência do cabra da peste: uma contribuição à promoção de saúde no sertão nordestino”. [Dissertação de mestrado] PUC-SP, 2005.